

**De:** Presidencia  
**Enviado em:** segunda-feira, 9 de outubro de 2017 14:45  
**Para:** Clube de Regatas do Flamengo  
**Cc:** FERJ - SECRETARIA (secretaria@fferj.com.br)  
**Assunto:** Enc: ABERTURA DE VISTA - PROCESSO Nº 383/2017 - STJD  
**Anexos:** recurso flamengo.pdf

---

**De:** Rj Presidencia <rij.presidencia@cbf.com.br>  
**Enviado:** segunda-feira, 9 de outubro de 2017 14:42  
**Para:** Presidencia  
**Assunto:** Enc: ABERTURA DE VISTA - PROCESSO Nº 383/2017 - STJD

---

**De:** Aline Pereira  
**Enviado:** segunda-feira, 9 de outubro de 2017 10:59  
**Para:** Rj Presidencia; Rj Administrativo; Rj Competicao; Rj Registro; Flamengo.00006RJ;  
rodrigofrangelli@flamengo.com.br; marco@michelasseff.com.br; michelf@michelasseff.com.br;  
casanova@michelasseff.com.br; bernardoaccioly@flamengo.com.br; andre.galdeano@flamengo.com.br;  
rodrigofrangelli@gmail.com; juridico@flamengo.com.br; flapresidencia@flamengo.com.br; Flamengo 1;  
flapresid@flamengo.com.br  
**Assunto:** ABERTURA DE VISTA - PROCESSO Nº 383/2017 - STJD



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DESPORTIVA DO FUTEBOL

**OFÍCIO/SEC Nº 981/2017 – STJD**

**Do:** Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol

**Para:** Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro

**Para:** CR Flamengo

**Rio, 09 de outubro de 2017.**

De ordem do Dr. Presidente deste Superior Tribunal de Justiça, Ronaldo Botelho Piacente, referente ao **Recurso Voluntário sob nº 383/2017- STJD** – **Recorrente: CR Flamengo e Procuradoria da Primeira Comissão Disciplinar e Recorrido: Procuradoria da Primeira Comissão e CR Flamengo**, informo que através de despacho, abre-se vista para o recorrido, para querendo, se manifestar no prazo de 03 (três) dias.

Informo, outrossim, que segue em anexo o Recurso Voluntário em seu inteiro teor.

  
Aline Andriolo  
Secretária do Pleno do STJD

Aline Pereira Andriolo - Secretária do Pleno

STJD | Superior Tribunal de Justiça Desportiva

aline.pereira@cbf.com.br

+55 21 3572 - 8709

www.cbf.com.br

TORCIDA E SELEÇÃO.  
GIGANTES POR NATUREZA.



Expediente  
09/10/17



11. Isto posto, esperamos e confiamos que este E. Tribunal Pleno, ao final, se digne **DAR PROVIMENTO** ao presente RECURSO VOLUNTARIO para que imponha à entidade de prática desportiva Denunciada, ora Recorrida, a perda do mando de campo, de uma a dez partidas, na forma do §1º do art. 213, do CBJD.

12. Outrossim, no contemplar de entender que a medida ora tentada é de extrema contundência e inadequada ao caso vergente, portanto, que determine a majoração da pena fixada pelo Colegiado a quo, certo que em quantia não inferior àqueles R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) anteriormente arbitrados, porém para cada uma daquelas infrações tratadas alhures e objeto da denúncia em epígrafe, exegese do artigo 213, I do CBJD e artigo 184 do mesmo Codex Disciplinar.

Termos em que; P. Deferimento.

Rio de Janeiro/RJ, 05 de outubro de 2017.

ofício: 981/2017

**RAFAEL CARNEIRO**  
Procurador do STJD do Futebol



EXMO. SR. DR. AUDITOR PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL

Processo n. 132/2017

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA  
DO FUTEBOL  
PROTOCOLO  
Recebido Nesta Data: 04/10/2017  
Secretário

A PROCURADORIA DA JUSTIÇA DESPORTIVA, por seu representante infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, na forma dos artigos 21 e 22 do CBJD, vem à V. Sa., tempestivamente, nos autos da Denúncia em epígrafe, que move em face de **C. R FLAMENGO / RJ**, interpor o presente **RECURSO VOLUNTÁRIO** contra a r. Decisão da E. 1ª CD, em sessão do dia 18/09/2017, requerendo o seu recebimento, processamento e posterior provimento, nos seguintes termos:

1. *Ab initio*, cumpre-nos destacar que a presente Denúncia se deu em razão de reiteradas confusões ocorridas fora e dentro do Estádio Jornalista Mario Filho (Maracanã), em contenda válida pela final da Copa do Brasil, em 07/09/2017, e do qual o seu mandante-denunciado se manteve omissor.



2. Foram apresentados elementos probatórios contundentes, mormente a prova de vídeo e fotos, do qual corroboraram tudo aquilo alegado em exordial, bem como a gravidade da infração disciplinar cometida pelo ora Recorrido.

3. Destarte, mesmo diante do arbitramento de multa no valor total de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), temos que o V. Acórdão a quo, da lavra do Auditor-Relator, Dr. Rafael Feitosa, deixou de tratar o concurso material como condição de melhor atender a ordem da dosimetria da pena, em que pese o brilhantismo, dinamismo e cultura jurídica de seu prolator, portanto, sendo salutar que esta Corte *ad quem* proceda a devido reparação e adequação naquele *r. decisum*.

4. É de se ressaltar que a destacada omissão da entidade ora Recorrida guarda nexos de causalidade com as ocorrências amplamente citadas na presente Denúncia, de modo que, mesmo não se tratando de um ato comissivo próprio do Denunciado, certo que o mesmo deveria ter se cuidado para que: (i) não houvesse confusão no entorno da praça desportiva; (ii) não houvesse a entrada de torcedores sem portar o ingresso e sem se submeter a revista pessoal; (iii) não houvesse a invasão de determinados torcedores em setores distintos; (iv) não houvesse o uso de artefatos proibidos em estádios de futebol; e (v) não houvesse o dano ao patrimônio alheio.



5. Indubitável que tais circunstâncias acarretaram desconforto, insegurança e temor àqueles presentes, bem como indignação aos que atentamente assistiam pelos mais variados meios de comunicação. Aliás, tal quadro evidencia um despreparo, além de impor uma propaganda negativa ao gestor do espetáculo, ou seja, a entidade de prática desportiva denunciada, ora Recorrida.

6. Resta a evidência a ocorrência de infrações à luz do Estatuto do Torcedor e do Código Brasileiro de Justiça Desportiva.

7. E nesse sentido caminhou bem o r. julgamento *a quo*, reconhecendo a responsabilidade do Denunciado, *ipsis litteris*:

*"Desta forma, entendo que os fatos narrados são graves, porém não são suficientes para aplicação da perda do mando de campo, sendo o denunciado incurso apenas ao inciso I do artigo 213 do CBJD.*

*Isto exposto, considerando os fatos narrados pela denúncia em cotejo com a prova dos autos, voto pela condenação do denunciado a multa de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), tendo em vista a infração ao artigo 213, I do CBJD."*



8. Data vênia, divergimos daquele r. decismum a quo, sobretudo no que tange o quantum arbitrado, uma vez que presente os requisitos do concurso material das infrações objeto de denuncia, e do qual impõe multa de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para cada uma daquelas, ex vi:

*Art. 184. Quando o agente mediante mais de uma ação ou omissão, pratica duas ou mais infrações, aplicam-se cumulativamente as penas.*

*Art. 213. Deixar de tomar providências capazes de prevenir e reprimir:*

*I - desordens em sua praça de desporto;*

*PENA: multa, de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais)*

9. Destarte, inverossímil que o arbitramento de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) se mostra irrisório, logo, não atingindo a finalidade punitiva, pedagógica e exemplar da medida que ora se impõe.

10. Na mesma esteira de raciocínio, verifica-se que o Denunciado não se desincumbiu do ônus de demonstrar que adotou todas as medidas necessárias e preventivas, muito pelo contrario, sendo comprovado que o efetivo da policia militar e *stewards* eram aquém da necessidade.